

Secretários cobram lei anticorrupção

Rio — O ministro da Justiça, Célio Borja, vai receber nos próximos dias um documento assinado por todos os secretários de Justiça e Cidadania do País, denominado "Carta do Rio". No documento, eles reivindicam a criação de uma lei Federal que obrigue os administradores públicos dos Três Poderes a declararem anualmente a variação de seu patrimônio. A "Carta do Rio" foi elaborada durante o Encontro de Secretários de Justiça e Cidadania, realizado na semana passada no Hotel Glória, no Rio de Janeiro.

O documento será entregue ao ministro Célio Borja pelo presidente do encontro, Geraldo Nogueira Gama, secretário de Justiça do Rio Grande do Sul. Ele é a favor de um lobby de secretários de Justiça junto às bancadas de seus estados no Congresso Nacional, para aumentar o percentual do Orçamento da União que hoje é destinado à reforma do sistema penitenciário. Segundo ele, os governos estaduais enfrentam atualmente um déficit de 69 mil vagas em suas penitenciárias (120 mil presos contra 51 mil vagas disponíveis).

A moralização da administração pública é uma prioridade do documento. Os secretários reivindicam do Congresso Nacional a elaboração de uma lei que torne imperativa a presença de representantes da sociedade civil nas licitações públicas.

A privatização do sistema penal, a questão mais polêmica do encontro de secretários, foi abordada com cautela no documento. A tese de que os presídios devem ser administrados pela iniciativa privada é defendida pelo governo de São Paulo.